

Investimento deve parar após nova Constituição

Cláudia Bensimon

O setor brasileiro de mineração inicia, a partir da promulgação da nova Carta, uma fase apelidada pelo diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), José Belfort dos Santos Bastos, de "inércia mineral". Ele prevê uma suspensão temporária dos investimentos até que a lei ordinária venha detalhar os dispositivos aprovados pela Constituinte, que conseguiu, através de pelo menos quatro decisões, virar um dos mais tradicionais setores da economia de cabeça para baixo.

O diretor avalia que, caso não haja uma preocupação do governo em estabelecer uma política de incentivos para o setor — especialmente nas áreas de pesquisa, onde as empresas estrangeiras só poderão atuar com participação minoritária — o Brasil corre o risco de, dentro de uns quatro anos, entrar num processo de "empobrecimento mineral" e aumentar sua dependência do subsolo alheio. Isto porque, na opinião dele, as empresas nacionais não possuem condições de "preencher a lacuna deixada pelo afastamento do capital estrangeiro, responsável por 57% das pesquisas minerais realizadas no subsolo brasileiro".

Os investimentos realizados em pesquisa mineral no ano passado totalizaram US\$ 90 milhões, sendo que mais da metade deste total ficou a cargo de cinco empresas: Vale do Rio Doce, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), ambas estatais, BP Mineração, Anglo América e Parapanema. Dentro deste conjunto, 53% dos investimentos foram feitos pelas empresas estrangeiras.

Além de alterar o entendimento jurídico da propriedade dos bens minerais, que a partir do dia 5 passam a ser considerados bens da União, e não mais da nação, a nova carta extinguiu o Imposto Único Sobre Minerais (IUM), transferindo para o âmbito estadual a responsabilidade pela tributação do setor, com a criação do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). As empresas mineradoras pagarão, também, Imposto de Renda Adicional e há previsão de que venham a ser taxadas por

algum outro órgão federal, o que será definido por legislação ordinária.

Taxação — As perspectivas de uma supertaxação estão tirando o sôffo dos empresários do setor. O secretário executivo do Ibram- Instituto Brasileiro de Mineração, José Mendonça Misael de Souza, alerta que os bens minerais são a base de outras atividades econômicas como para a produção agrícola e industrial e que uma taxaço exagerada pode criar um "clima desfavorável para realização de investimentos".

Embora concorde com o fato de que uma tributação excessiva possa até inviabilizar a atividade das empresas mineradoras, o presidente da Federação das Associações de Engenheiros de Minas dos Brasil (Faemi), Gildo de Albuquerque, aponta a regulamentação da atividade dos garimpos (já existem mais de dois mil em atividade), com a criação de cooperativas, como um dos pontos positivos da nova Carta. Isto porque, segundo ele, a decisão fará com que as cooperativas de garimpeiros sigam normas mínimas de preservação ambiental e a Faemi está, inclusive, disposta a promover modernização nos garimpos. "Temos tecnologia nacional para isso assegura Albuquerque".

A Faemi entende que na onda de reordenamento do setor mineral, cabera à União fazer um levantamento geológico básico e criar pelo menos dois órgãos que fiquem responsáveis pelo tratamento das questões relativas ao universo da produção e da produção do futuro (Departamento Nacional das Minas e Departamento Nacional de Geologia, respectivamente), sob orientação do Ministério das Minas e Energia. O presidente da Faemi acredita que, desta forma, seria possível solucionar um dos maiores problemas do setor, que é o dos conflitos nas áreas de garimpo, por exemplo. Albuquerque acredita que um zoneamento mineral, com definição das áreas de exploração onde empresas mineradoras e garimpeiros pudessem atuar, reduziria os focos de tensão. A Constituição já estabeleceu que as cooperativas de garimpeiros terão prioridade de exploração nas áreas onde já estão trabalhando.

Governo incentivar a pesquisa mineral

Os soviéticos deixaram o mundo perplexo quando projetaram um submarino nuclear capaz de ficar submerso, sem sofrer a ação corrosiva da água salgada, por tempo superior a seis meses. Maior foi o espanto quando se descobriu que tal performance nada tinha a ver com o fato de ser um submarino atômico. A grande novidade apresentada pelos russos foi a de construir o casco do submarino à base de titâni metálico, que confere uma super resistência, e evita que se precise subir á superfície para evitar a corrosão. Eles simplesmente descobriram uma nova utilização para um material já existente.

Este é um dos exemplos citados pelo presidente da Federação Nacional dos Engenheiros das Minas do Brasil (Faemi), Gildo de Albuquerque, para justificar a tese de que, "mais importante do que nacionalizar a pesquisa mineral, seria a nacionalização da tecnologia de utilização dos bens minerais". Ele prega a necessidade de verticalizar a produção mineral e intensificar as pesquisas na área dos novos materiais, ou "minerais da 3ª onda", que permitirão ao Brasil descobrir novas propriedades de materiais conhecidos e que ainda não são usados na produção industrial.

"De nada adianta o Brasil ser, por exemplo, grande exportador de berilo

(mineral que dá origem ao metal berílio) se ainda precisa importar, para utilização na indústria automobilística, por exemplo, ligas especiais de cobre-berílio, não produzidas no país", acredita Albuquerque. O presidente da Faemi conta que, para exportar automóveis, foi preciso fazer "inúmeras modificações", entre elas nos contatos elétricos dos carros, que exigem a utilização destas ligas que chegam a custar US\$ 10 mil o quilo. E o Brasil exporta o berilo por módicos US\$ 150 a tonelada.

Exemplo como este podem ser vistos também no caso dos sais de cobre (utilizados de pilhas), e do cromo (muito utilizado na indústria de couro), que o Brasil exporta de forma bruta e importa beneficiado. É para as empresas, do setor de mineração, empenhadas e, desenvolver a tecnologia dos novos materiais e pesquisar as propriedades de materiais já conhecidos que o governo deve destinar recursos e incentivos prioritariamente, prega o presidente da Faemi.

Segundo ele, minerais como o quartzo — matéria-prima para produção de fibras óticas — deverão tomar o lugar dos minerais tradicionais e fazer parte, junto aos materiais cerâmicos-condutores, por exemplo, do que já se convencionou chamar de commodities do futuro.